
A Rede de Leitura Pública no Minho *

HENRIQUE BARRETO NUNES

Biblioteca Pública de Braga

AS estatísticas conhecidas sobre as práticas culturais dos portugueses e, seus hábitos de leitura apresentam-nos índices alarmantes.

E se tal se pode atribuir a razões estruturais que reflectem o nosso baixo nível cultural e que decorrem de um sistema de ensino em que os incentivos à leitura são raros e de uma alta taxa de analfabetismo (para já não falarmos do iletrismo), é evidente que a inexistência, até 1987, de uma rede de bibliotecas públicas agravava essa situação.

Um inquérito concluído em 1985 revelava que nos 275 municípios portugueses só existiam bibliotecas em cerca de 30 % e que, dessas, apenas metade (45) cumpria parte das funções que o conceito de leitura pública implica e que o Manifesto da

Unesco consagrara em todo o mundo.

Por essa razão, em 1987 a Secretaria de Estado da Cultura, culminando os esforços da BAD (associação profissional dos bibliotecários portugueses), do Instituto Português do Livro e de alguns municípios lançou as bases necessárias para a criação de uma rede nacional de leitura pública (MOURA, 1987).

A filosofia do programa, em parte inspirada no modelo francês, assenta essencialmente numa partilha de responsabilidade entre o Estado e as autarquias, em que aquele é apresentado como o promotor e o garante de uma nova política para o sector, enquanto as autarquias surgem como os protagonistas mais directos e interessados das acções a desenvolver.

* Comunicação apresentada ao «Encontro Minho — Identidade e Mudanças», organizado pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, Braga, 6-7 Dez. 1990.

O Estado, através do Instituto Português do Livro e da Leitura, compromete-se a prestar apoio técnico e financeiro às autarquias interessadas em criar as suas bibliotecas, desde que estas respeitem determinadas directivas em termos de áreas funcionais, fundos documentais, pessoal, organização e funcionamento da biblioteca (livre acesso, empréstimo, audiovisuais, actividades de animação, etc.)

O Estado, através do Instituto Português do Livro e da Leitura, compromete-se a prestar apoio técnico e financeiro às autarquias interessadas em criar as suas bibliotecas.

O apoio financeiro traduz-se na comparticipação em 50 % a fundo perdido, dos custos totais da obra, consagrado sem contratos-programas que se referem à construção ou adaptação de instalações, compra de equipamento e aquisição de fundos documentais.

O objectivo desta política integrada de desenvolvimento de leitura pública é, numa primeira fase de cinco anos, a construção de 82 000 m² de bibliotecas em cerca de 90 sedes do concelho, cobrindo um terço do país. A verba afectada pelo Estado ronda os três milhões de contos, mas as autarquias certamente investirão muito mais.

Neste momento já foram inauguradas sete bibliotecas, 62 estão em

fase de construção ou adaptação e existem seleccionados mais 18 municípios que se encontram em condições de assinar contratos-programas com o IPLL (NUNES, 1990).

As novas bibliotecas são de três tipos, conforme o número de habitantes dos concelhos, os quais diferem entre si quanto a áreas, fundos e quadro de pessoal (IPLL, 1989).

A criação de redes concelhias e o desenvolvimento das bibliotecas dos grandes centros urbanos são outras das metas a atingir por este programa.

Os portugueses passam assim a ter acesso mais facilitado ao livro e a outros suportes de informação, o que inevitavelmente contribuirá para o seu desenvolvimento cultural, para a ocupação das horas de lazer, enfim para a melhoria da sua qualidade de vida.

1. As bibliotecas no Minho: antecedentes históricos

Não se pode falar da existência de bibliotecas públicas no Minho anteriormente a 1841, data da criação da Biblioteca Pública de Braga, embora A. Feio refira a existência de um volume com o *ex-libris* «Da livraria pública de Braga», a qual estaria relacionada com os Estudos Públicos criados por D. Diogo de Sousa no século XVI (FEIO, 1920). Porém nenhuma outra informação chegou até nós sobre tal «livraria pública»,

pelo que se duvida da sua efectiva existência.

Mas, como é evidente, existiram outras bibliotecas, ligadas a instituições religiosas ou pertença de particulares que não será ocioso referir.

Para além da biblioteca da Sé de Braga, certamente a mais antiga e valiosa (COSTA, 1985) e a do Paço Arquiepiscopal, que teria ardido em 1866 (FERREIRA, 1935) as mais importantes livrarias minhotas pertenciam às ordens religiosas.

Sabe-se, por exemplo, que o fundo inicial da Biblioteca Pública de Braga foi constituído com «a massa enorme de 20 livrarias monásticas» da região cujo número total de volumes rondava os vinte mil (FEIO, 1920).

De entre estas é conhecida a importância da livraria do Mosteiro de Tibães (RAMOS, 1981; SANTOS, A. 1987), da Congregação do Oratório de Braga (SANTOS, E., 1982) e certamente seriam de grande qualidade as do Convento do Pópulo e do Colégio de S. Paulo (Braga).

Figueiredo de Guerra deixou-nos uma memória sobre as antigas livrarias do Alto Minho, em que não só refere as que pertenciam às ordens monásticas (das quais a mais importante era a do Mosteiro de Refojos do Lima), como também as particulares, de que se destacavam as do Conde da Barca e dos Zamith, de Viana do Castelo (GUERRA, 1920).

Com o triunfo do Liberalismo e a nacionalização dos bens das ordens

religiosas (1834) reconheceu-se a necessidade da criação de bibliotecas públicas em Portugal, com o objectivo primeiro de conservarem as livrarias dos conventos e mosteiros extintos, as quais se encontravam à mercê do pior vandalismo.

Os portugueses passam assim a ter acesso mais facilitado ao livro e a outros suportes de informação, o que inegavelmente contribuirá para o seu desenvolvimento cultural, para a ocupação das horas de lazer, enfim para a melhoria da sua qualidade de vida.

Surge assim a Biblioteca Pública de Braga, fundada em 1841, inicialmente dependente da Câmara Municipal de Braga, cujos primeiros anos de existência foram extremamente atribulados (FEIO, 1920) mas que sobreviveu até hoje, sempre em constante valorização.

Porém, quanto a outras bibliotecas abertas a toda a população, devemos reconhecer que nos concelhos minhotos nunca se verificou grande interesse na sua criação, apesar de alguma legislação publicada ainda no século XIX (decreto de 2 de Agosto de 1870, sobre as bibliotecas populares) a tal incentivar.

Em Viana do Castelo, por exemplo, a ideia da criação de uma biblioteca municipal surge em 1888, mas só será inaugurada em 1912 (BRANCO, 1988).

A B. M. de Barcelos é referida nos finais do século XIX, embora só comece efectivamente a funcionar em 1912 (SILVA, 1980).

Na sequência da primeira legislação republicana (decreto de 18 de Março de 1911) apenas é criada a de V. N. Famalicão, inaugurada em 1913 (BMF, 1983).

Dos anos 30 deve datar a B. M. de Ponte de Lima mas, coincidindo com a política de obscurantismo cultural que caracterizou o Estado Novo, durante esse longo período unicamente surgiu a dos Arcos de Valdevez (1973) de reduzida dimensão.

As restantes BM's existentes nos distritos de Braga e Viana (Espouso, Fafe, V. Verde e Ponte da Barca) são criadas já na década de 80. Em Terras de Bouro e Paredes de Coura há instalações sumárias com o nome de bibliotecas.

Entretanto, ainda no século passado, diversas instituições culturais criaram bibliotecas, a maior parte das quais em intenção dos seus associados.

Um pouco diferente é o caso da Sociedade Martins Sarmento que, na sequência de um protocolo estabelecido com a Câmara Municipal de Guimarães (SALAZAR, 1884), inaugurou em 1883 uma «biblioteca popular e pública», com um fundo inicial constituído por doações e composto de cerca de 8 mil volumes, quase todos de imediato facultados «à leitura pública» (GUIMARÃES, 1884).

Desta biblioteca, tal como era tradição na época, existe um catálogo impresso (SMS, 1888).

Quanto a outras instituições e colectividades que possuíam bibliotecas, ou gabinetes de leitura (DOMINGOS, 1985), como então também eram designadas, podemos referir o caso da Sociedade Democrática e Recreativa, em Braga, que inaugurou a sua biblioteca em 1878 (CRUZ, 1980), tendo sido publicado um catálogo impresso dos seus fundos (GOMES, 1901), já depois da SDR se ter incorporado no Club Bracarense. Essa biblioteca, depois pertencente ao Instituto Minhoto de Estudos Regionais foi doada à Biblioteca Pública de Braga em 1974 (CRUZ, 1979).

Ainda em Braga, o Ateneu Comercial, fundado em 1886, possuía uma pequena biblioteca, cujos livros ainda se conservam na sua sede¹.

Em Valença do Minho, a Assembleia Valenciana, fundada em 1851 (NEVES, 1990) possuía uma biblioteca, de que se conhece o respectivo regulamento (ASSEMBLEIA VALENCIANA, 1889).

Em Ponte de Lima, a Assembleia Limarense, extinta em 1979, também criou uma biblioteca que praticava o empréstimo domiciliário².

Noutros concelhos minhotos onde existem, ou existiram, colectividades similares talvez estas também possuíssem bibliotecas, mas é um levantamento que está por fazer.

Uma notícia publicada no jornal bracarense *Comércio do Minho* de

9 Jan. 1891, refere a existência de uma «Sociedade Literária de Porto de Martim» em Cabreiros (Braga) onde funcionava uma biblioteca, cuja história não conseguimos reconstituir, embora lhe tenha sido feita uma breve referência num outro jornal de Braga, *O Constituinte* de 5 Jan. 1889 sobre o movimento de leitura³.

A Confraria do Bom Jesus também possuiu uma biblioteca, hoje abandonada, onde existia um gabinete de leitura e se praticava o empréstimo. Conhece-se o seu catálogo e regulamento (CONFRARIA, 1927).

Em Braga deve ainda referir-se uma iniciativa extremamente original: a Biblioteca Móvel, criada por Vitor de Sá em 1942.

Surgida um período conturbado, em plena II Guerra Mundial, quando a ditadura salazarista oprimia os portugueses e a Censura e a Pide ditavam leis, tratava-se de um sistema de empréstimo de livros por via postal, que pretendia ir ao encontro dos leitores onde quer que se encontrassem, mediante o pagamento de uma pequena taxa de aluguer do livro.

Foram publicados 6 catálogos da Biblioteca Móvel, promovidas algumas iniciativas de divulgação do livro e da cultura, o que não era do agrado do poder salazarista cujas forças repressivas levaram à sua extinção em 1950. Vitor de Sá deixou-nos um elucidativo documento em

que relata todas essas vicissitudes (SÁ, 1983).

Curiosamente, também em Braga, em 1945, surge uma iniciativa semelhante claramente decalcada da ideia de Vitor de Sá. Tratava-se da «Biblioteca Volante» do jornal católico bracarense *Diário do Minho* (DM, 1945).

Merece ainda uma referência a biblioteca da Fundação Cupertino de Miranda (V. N. Famalicão), fundada em 1972 e aberta ao público.

De acordo com a tipologia preconizada pelo IPLL serão criadas três BM3 (Barcelos, Guimarães, Famalicão), duas BM2 (Esposende e Ponte de Lima) e duas BMD (Viana e Vila Verde) nas quais serão investidos pelo menos 746 mil contos.

Finalmente, deve recordar-se que a Câmara Municipal de Braga, na sequência de sugestões do inquérito realizado por Vitor de Sá no *Correio do Minho* (SÁ, 1983) criou uma biblioteca popular no Parque da Ponte (MOREIRA, 1958), mas a ideia não vingou, embora a sua história esteja por fazer. De qualquer modo foi uma iniciativa inovadora, que pressupunha a existência de uma rede de bibliotecas na cidade. Foi construído um pequeno pavilhão para a chamada Biblioteca Veiga de Macedo, que acabou por desaparecer sem deixar rasto.

2. Rede de leitura pública em 1990: ponto da situação

2.1 Bibliotecas Municipais

Como já referimos, as bibliotecas recenseadas no país em 1985 não cumpriam minimamente as funções que o conceito de leitura pública implica e se referem à existência de fundos documentais enciclopédicos, actualizados e em diversos suportes (audiovisuais, por exemplo), apresentados em estantes classificadas em livre acesso, prática de empréstimo domiciliário, necessidade de pessoal qualificado e realização de actividades de animação, isto para não falar das características dos próprios edifícios, que devem sempre apresentar secções para adultos e crianças.

Foi por isso acolhida com enorme expectativa a iniciativa da então Secretária de Estado da Cultura, dr.^a Teresa Gouveia, de lançar bases para a criação de uma rede nacional de leitura pública, assente nas bibliotecas municipais (NUNES, 1990).

Sintomaticamente, entre os municípios minhotos que se candidataram ao apoio do IPLL, destacam-se alguns que já possuíam BM's em funcionamento regular, como é o caso da V. N. Famalicão, Esposende, Viana do Castelo (1987) e Barcelos (1988) ou de outros cujas bibliotecas eram embrionárias (V. Verde) ou funcionavam deficientemente (Guimarães e Ponte de Lima).

Caminha, que não tinha BM, viu a sua candidatura aprovada em 1987, mas inexplicavelmente desistiu, enquanto V. N. Cerveira foi contemplada recentemente com a sua selecção, aguardando a assinatura do contrato programa.

Concorreram e não viram as suas candidaturas aprovadas Póvoa de Lanhoso, Celorico de Basto, Fafe e Monção, por uma questão de prioridade, ouvida a Comissão de Coordenação da Região Norte.

Viram as suas candidaturas rejeitadas, por inadequação ao programa proposto pelo IPLL, as Câmaras de Valença, Paredes de Coura e Cabeceiras de Basto, e por se encontrar fora do âmbito do projecto a de Ponte da Barca.

Nunca se candidataram aos apoios do IPLL as Câmaras de Braga, Amares, Vieira do Minho, Terras de Bouro, Melgaço e Arcos de Valdevez.

Os concelhos de Fafe, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez possuem bibliotecas ainda não apoiadas pelo IPLL, enquanto que em Braga existe a Biblioteca Pública, integrada na Universidade do Minho desde 1975 (NUNES, 1987).

De acordo com a tipologia preconizada pelo IPLL serão criadas três BM3 (concelhos com mais de 50 mil habitantes: Barcelos, Guimarães, Famalicão), duas BM2 (concelhos com população entre 20 mil e os 50 mil habitantes: Esposende e Ponte de Lima) e duas BMD (bibliotecas em desenvolvimento, que pressupõem o

compromisso de uma construção definitiva: Viana e Vila Verde) nas quais serão investidos pelo menos 746 mil contos.

Neste momento só se encontra a funcionar a biblioteca de Viana (NUNES, 1989), esperando-se que pelo menos as de Guimarães e V. N. Famalicão sejam inauguradas no primeiro semestre de 1991, as quais serão as primeiras bibliotecas integrais da rede de leitura pública no Minho.

Quanto a redes concelhias, apenas a BM de Esposende possui um anexo, em Fão, estando em estudo o seu planeamento em Guimarães e Famalicão. Deve referir-se ainda que V. N. de Famalicão e Vila Verde dispõem de bibliomóveis, oferecidos na sequência da geminação com cidades francesas e alemãs.

2.2 As bibliotecas da Gulbenkian

Nunca será por demais realçar o papel pioneiro que a Fundação Calouste Gulbenkian desempenhou no domínio do livro e da leitura, criando numa época de acentuado obscurantismo cultural uma autêntica rede de bibliotecas que cobriu quase todo o país e as ilhas (GULBENKIAN, 1984).

Em muitos concelhos do país, o acesso ao livro e à criação literária ou o fortalecimento de hábitos de leitura só foi possível devido à existência do Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas da Gulbenkian.

A criação da Rede Nacional de Bibliotecas de Leitura Pública vem ao encontro e moderniza o programa lançado pela FCG há 30 anos, sendo desejável que esta instituição se venha a inserir no projecto em curso.

No Minho existem bibliotecas fixas da Fundação Gulbenkian pelo menos em Monção, Melgaço, V. P. Âncora, P. Coura, Barcelos, Fafe, V. N. Famalicão, Guimarães e Vieira do Minho e uma rede de bibliotecas itinerantes que servem diversas localidades dos distritos de Braga e Viana do Castelo⁴.

2.3 Bibliotecas de pequena comunidade

Existem ainda em todo o país outros tipos de bibliotecas, se assim lhes podemos chamar, que foram regulamentadas em 1956 e funcionavam junto dos organismos corporativos e locais de trabalho (JAS, 1962), cuja função primordial naquela época era a da manutenção e reprodução da ideologia vigente (TORRAL, 1982).

Em muitos concelhos do país, o acesso ao livro e à criação literária ou o fortalecimento de hábitos de leitura só foi possível devido à existência do Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas da Gulbenkian.

Algumas delas transformaram-se em bibliotecas populares ou de pe-

quena comunidade, depois de terem estado instaladas em escolas primárias.

Hoje encontram-se dependentes das Coordenações Distritais de Apoio e Extensão Educativa, funcionando em condições extremamente deficientes.

No distrito de Braga existem 73 bibliotecas fora das escolas primárias, localizadas em associações culturais e juntas de freguesia, mas apenas cerca de uma dezena se encontra em funcionamento⁵.

No distrito de Viana existem 39 bibliotecas de pequena comunidade, merecendo apenas 8 delas alguma atenção⁶.

Todas estas pequenas bibliotecas se debatem com problemas de instalações e equipamento, escassez de fundos bibliográficos, falta de pessoal especializado e de verbas para funcionamento.

A sua eventual integração na rede de leitura pública dependerá de um cuidadoso estudo e de profundas transformações.

2.4 Bibliotecas escolares, universitárias e outras

Embora ainda não se possam considerar como inseridas na rede de leitura pública, devemos referir, pela qualidade dos seus fundos e pelos serviços que eventualmente poderão prestar à comunidade, as bibliotecas da Escola Sá de Miranda (Braga), da

Universidade do Minho, da Faculdade de Filosofia (Braga) e do Seminário Conciliar (Braga).

Nos dois distritos minhotos encontram-se cumpridos os projectos da primeira fase, de 5 anos, do Programa de Leitura Pública: um terço dos concelhos terá em breve bibliotecas apoiadas pelo IPLL.

Uma breve menção deve ser feita à biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, especializada em arqueologia e à Fundação Cupertino de Miranda que possui uma boa «camiliana».

4. Perspectivas futuras

Nos dois distritos minhotos encontram-se cumpridos os projectos da primeira fase, de 5 anos, do Programa de Leitura Pública: um terço dos concelhos terá em breve bibliotecas apoiadas pelo IPLL.

Mas, evidentemente, é necessário completar a cobertura do país e continuar a apoiar as bibliotecas municipais existentes, terminada que seja a vigência dos contratos-programas, não esquecendo que as redes concelhias estão por criar.

A experiência em curso, devidamente ponderada e, sendo caso disso, adaptada aos novos desafios que estas bibliotecas levantam, po-

derá ditar sugestões que permitam a sua continuidade e evolução.

O caso da Biblioteca Pública de Braga deverá ser alvo de uma atenção especial. A cedência do edifício do Albergue Distrital à Universidade do Minho para expansão da BPB possibilita que o Projecto Bibliopolis (IPLL, 1988) tenha aplicação no concelho bracarense, o que deverá passar pela realização de um protocolo com a autarquia.

Braga poderá funcionar mesmo como uma estrutura de apoio regional às bibliotecas municipais, que cada vez se revela mais necessária.

Necessária é, igualmente, a cooperação que se poderá concretizar com a criação, que se anuncia, da Bibliomédia, uma associação de bibliotecas minhotas.

Necessária é, igualmente, a cooperação que se poderá concretizar com a criação, que se anuncia, da Bibliomédia, uma associação de bibliotecas minhotas.

— Da informatização ao acesso à informação bibliográfica, passando pela formação profissional, realização de actividades de animação, e a criação de um catálogo colectivo a nível regional (dos fundos locais ou, imprensa regional e local, por exemplo), empréstimo entre bibliotecas, etc., muitos são os caminhos que a cooperação permitirá percorrer com

segurança técnica e economia de meios.

A biblioteca é um direito reconhecido a todos os portugueses, de que estes podem livremente usufruir ou devem reivindicar.

Como atrás se disse, não pode ser ignorado o papel desempenhado pela Gulbenkian. Um protocolo há tempos assinado entre a Fundação e o IPLL reconhece a complementaridade das duas redes nacionais de bibliotecas, mas é necessário que seja efectivamente consagrado na prática.

«O papel da biblioteca de leitura pública como centro de informação ao serviço da comunidade, essencial para o seu desenvolvimento e progresso e importante para a melhoria da qualidade de vida e nível cultural das populações, deve ser valorizado e divulgado de todas as maneiras» (NUNES, 1990).

A biblioteca é um direito reconhecido a todos os portugueses, de que estes podem livremente usufruir ou devem reivindicar.

Notas

¹ Informação fornecida por Afonso da Costa Ferreira.

² Informação fornecida por Adelino Tito de Moraes.

³ Informação fornecida por Eduardo Pires de Oliveira.

⁴ Não me é possível apresentar dados concretos e atualizados sobre a situação das bibliotecas da FCG no Minho, apesar de terem sido oportunamente solicitados.

⁵ Informação fornecida pelo Delegado da Coordenação Distrital de Apoio e Extensão Educativa de Barga, Dr. Ernesto Português, que agradeço.

⁶ Informação fornecida pelo Delegado da CDAEE de Viana do Castelo, Dr. José Rodrigues da Costa, que agradeço.

Bibliografia

ASSEMBLEIA VALENCIANA, 1889

ASSEMBLEIA VALENCIANA — *Regulamento da bibliotheca da Assembleia Valenciana*. Valença: Typographia Commercial, 1889.

BMF, 1983

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO — *Exposição comemorativa dos 70 anos da Biblioteca Municipal*. V. N. Famalicão: B. Mun., 1983.

BRANCO, 1988

BRANCO, José Luís — «Primórdios de Biblioteca Municipal de Viana do Castelo», *Cadernos Vianenses*, Viana do Castelo, 11, 1988, p. 89-96, il.

CONFRARIA, 1927

CONFRARIA DO BOM JESUS DO MONTE — *Catálogo geral da biblioteca*. Braga: Tip. da Oficina de S. José, 1927.

COSTA, 1984

COSTA, Avelino de Jesus da — *A biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*. Braga, 1984.

CRUZ, 1979

CRUZ, Manuel Braga da — «O Instituto Minhoto de Estudos Regionais», *Mínia*, Braga, S. 2, 2 (3) 1979, p. 22-26.

CRUZ, 1980

CRUZ, Manuel Braga da — «Instituições de convívio em Braga», *Mínia*, Braga, S. 2, 3 (4) 1980, p. 141-145.

FEIO, 1920

FEIO, Alberto — «A Biblioteca Pública de Braga: notas históricas», *Bol. da*

Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga, Braga, 1, 1920, p. 5-76.

DM, 1945

DIÁRIO DO MINHO — *Caderno catálogo da biblioteca volante do «Diário do Minho»*.

Braga: Tip. do Globo, 1945.

DOMINGOS, 1985

DOMINGOS, Manuela D. — *Estudos de sociologia da leitura: livros e leitores do século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância, 1985, p. 135-191.

FERREIRA, 1935

FERREIRA, José Augusto — *Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga*, Braga: Mitra Bracarense, 1935, v. 4, p. 185.

GUERRA, 1920

GUERRA, Luís Figueredo da — «As antigas livrarias do Alto Minho», *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Lisboa, 1 (3) Jul. 1920, p. 238-241; 1 (4) Out. 1920, p. 296-301; 5 (19/20) Jul. 1924, p. 175-176.

GUIMARÃES, 1884

GUIMARÃES, Avelino da Silva — «Razão d'ordem para o futuro boletim», *Revista de Guimarães*, Guimarães, 1 (1) Jan. 1884, p. 14-15.

IPLL, 1988

PORTUGAL, Instituto Português do Livro e da Leitura — «Projecto Bibliopolis», *Diário da República*, Lisboa, II série, 241, 18 Out. 1988.

IPLL, 1989

PORTUGAL, Instituto Português do Livro e da Leitura — *Programa de apoio às bibliotecas municipais*. Lisboa: IPLL, 1989.

JAS, 1962

PORTUGAL, Junta de Acção Social — *Bibliotecas para os organismos corporativos e locais de trabalho; normas para a sua organização, instalação e funcionamento*. Lisboa: JAS, 1962.

MOREIRA, 1958

MOREIRA, José — «A primeira biblioteca popular [...] em Braga», *Diário Ilustrado*, Lisboa, 15 Fev. 1958.

MOURA, 1987

MOURA, Maria José (coord.) — *Leitura pública: rede de bibliotecas municipais*.

- Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1987.
- NEVES, 1990
- NEVES, Manuel A. A. Pinto — *Valença na história e na lenda*. Valença: Câmara Municipal, 1990, p. 194.
- NUNES, 1987
- NUNES, Henrique Barreto — «Biblioteca Pública de Braga: memória e mudança», *Forum*, Braga, 1, Mar. 1987, p. 14-26.
- NUNES, 1988
- NUNES, Henrique Barreto — «Uma biblioteca para Viana», *Cadernos Vianenses*, Viana do Castelo, 11, 1988, p. 97-110.
- NUNES, 1990
- NUNES, Henrique Barreto — *Bibliotecas públicas em Portugal (1986-1989)*, (comunicação apresentada ao «1.º Encontro Internacional de Bibliotecários de Língua Portuguesa», Lisboa, 1990 — no prelo).
- RAMOS, 1981
- RAMOS, Luís A. de Oliveira — «Os monges e os livros no séc. XVIII: o exemplo da biblioteca de Tibães», *Bracara Augusta*, Braga, 35 (79/80) 1981, p. 489-499.
- SÁ, 1983
- SÁ, Vitor de — *As bibliotecas, o público e a cultura*. Lisboa: Horizonte, 1983, p. 199-227.
- SALAZAR, 1884
- SALAZAR, Adolfo — «Boletim», *Revista de Guimarães*, Guimarães, 1 (4) Out. 1884, p. 207-214.
- SANTOS, A., 1987
- SANTOS, Ademar Ferreira dos — «Mosteiro de Tibães (1834-1864)», *Mínia*, Braga, S. 2, 8, 1986, p. 157-168.
- SILVA, 1980
- SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *A Biblioteca Municipal de Barcelos: projecto de organização e de dinamização*. Braga, 1980 (trabalho dactilografado).
- SMS, 1888
- SOCIEDADE MARTINS SARMENTO — *Catálogo da Biblioteca Publica de Guimarães*. Porto: Typ. António José da Silva Teixeira, 1888.
- TORGAL, 1982
- TORGAL, Luís Reis; HOMEM, Amadeu Carvalho — «Ideologia salazarista e 'cultura popular': análise da biblioteca de uma casa do povo», *Análise Social*. Lisboa, 18 (72/74) Abr.-Dez. 1982, p. 1437-1464.

* Intervenção realizada em nome da Direcção-Geral de Extensão Educativa no colóquio «O analfabetismo, o literarismo e a leitura pública» a 15 Nov. 1990.

† *Cadernos BAZ*, Lisboa (1-2) 1990, p. 97-101.